

Remodelado o gabinete do primeiro-ministro

Carla Fabião: «Não estou destruído psicologicamente»

Rosa Coutinho não fala aos jornais

Suspensões na RTP

Rafis e prevenção provocam boatos

Fernandez Miranda preside às Cortes

Depoimento de um veterano

13 meses de inferno

Valta ao mar em 17 dias

Expresso extra

N.º 106 - 3 DE DEZEMBRO 1976 - 1990



PS, PPD e CDS atacam PCP na Assembleia Constituinte

C. de Ministros Prioridade à Informação

Em 1976, a Assembleia Constituinte debateu o lugar dos militares na vida política...

Um segundo debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um terceiro debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um quarto debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um quinto debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um sexto debate sobre o lugar dos militares na vida política...

CR debate lugar dos militares na vida política

Em 1976, a Assembleia Constituinte debateu o lugar dos militares na vida política...

Um segundo debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um terceiro debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um quarto debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um quinto debate sobre o lugar dos militares na vida política...

Um sexto debate sobre o lugar dos militares na vida política...

A questão prisional

Em 1976, a Assembleia Constituinte debateu a questão prisional...

O pacto e o CR

Em 1976, a Assembleia Constituinte debateu o pacto e o CR...

Governo francês processa "comités" de soldados

Em 1976, o governo francês processou "comités" de soldados...

Um segundo texto sobre o governo francês processar "comités" de soldados...

Um terceiro texto sobre o governo francês processar "comités" de soldados...

Um quarto texto sobre o governo francês processar "comités" de soldados...

TISSONIC um relógio electrónico TISSOT. Includes an image of a Tissot watch and the text 'TISSOT o ritmo da tua conquista'.



## Remodelado o gabinete do primeiro-ministro

O GABINETE do Primeiro-Ministro foi quase totalmente renovado, e dos trinta e seis elementos que o compunham, contam-se pelos dedos os que ficaram (entre eles o oficial de segurança de Pinheiro de Azevedo, 1.º tenente Firm Neves e o major Barroco).

Paralelamente, foi exonerado o sargento Gil responsável pelo serviço de tele-comunicações do Palácio de S. Bento e da residência do Primeiro-Ministro. A demissão desse elemento parece estar relacionada com a nomeação, a 11 de Novembro último, de uma comissão militar encarregada de fazer averiguações nos domínios das escutas telefónicas. Essa comissão, a qual se iria agregar entre outros o actual Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Cruz (que terá que ser substituído nessa missão), deve concluir o inquérito num prazo de 60 dias e dar ampla divulgação às conclusões a que chegar.

## Carlos Fabião: «Não estou destruído psicologicamente»

Carlos Fabião ao Expresso: "Não estou destruído psicologicamente".  
"No intuito de saber quais os planos do General Carlos Fabião, e o seu parecer sobre a actual conjuntura política, EXPRESSO contactou na tarde de ontem, o antigo Chefe do Estado-Maior do Exército, que se opôs ao nosso pedido de entrevista, alegando "não estar autorizado a faz-lo, por disposição superior do Chefe do Estado-Maior do Exército". No entanto, acrescentou que "em qualquer dos casos, não estava interessado em dar qualquer entrevista, ou sequer em fazer algum comentário sobre o momento político". E acrescentou:

"Apesar disso, não vejo inconveniente em dar-lhe conta dos meus planos actuais: estou de licença durante um mês, findo o qual me apresentarei no Estado-Maior General das Forças Armadas para posterior colocação. Costaria também de aproveitar esta oportunidade para esclarecer que não estou de modo nenhum destruído psicologicamente, nem acobardado".

Estos são muito cansado fisicamente com grande necessidade deste período de férias."

## Rosa Coutinho não fala aos jornais

O ALMIRANTE ROSA COUTINHO, encontrava-se na tarde de ontem, no seu gabinete do Conselho de Revolução. Segundo fontes próximas daquele Conselho, entre outros elementos, procedia à arrumação dos seus haveres pessoais.

Contactado telefonicamente, desculpouse de não receber o EXPRESSO, invocando para o efeito, o facto de "nos tempos mais próximos, não desear falar a nenhum órgão de Comunicação Social".

## Suspensões na RTP

COMO RESULTADO do inquérito preliminar a que procedeu a comissão militar designada para o efeito, foram suspensos trinta e quatro funcionários da RTP, ao mesmo tempo que se anuncia para hoje a reabertura dos estúdios de Lisboa da rádio televisiva. Entre os elementos suspensos — dados como afectos ao PCP e à FUR — contam-se os chefes das secções, cultural, musical e teatral, respectivamente Manuel Ferreira, Mário Vieira de Carvalho e Artur Ramos, além dos chefes de redacção do Telexjornal, António Braga e José Manuel Marques, e do locutor António dos Santos.

## Ralis e prevenção provocam boatos

A HORAS que encerramos esta edição, procedeu-se no Regimento de Artilharia de Lisboa (Salal), à apresentação do pessoal que vai ficar à disposição da RTP, que se encontrava neste momento de licença, ocorrência que é efectuado na presença do comandante desta unidade militar.

A proximidade com quem esta passagem é de disponibilidade se tem processado, deu azo a alguns boatos e especulações que vieram imediatamente a lume. Fontes dignas de crédito explicaram-nos, porém que "o pessoal entre um grupo pequeno para a melhoria da unidade, sendo-se rapidamente levado ao sequele do caso elemento, o que por força dos circunstâncias, constitui uma operação algo desonrosa, seguindo, por outro lado, a formação de listas à porta de Lisboa, que estaria certamente na origem desses boatos".

Quanto ao facto, de várias unidades militares se encontrarem de prevenção rigorosa, disse-nos a mesma fonte que "essa esse facto fosse verdadeiro, isso nada tinha a ver com o levantamento do estado de sítio, porém, por outro lado", E acrescentou: "As unidades de prevenção têm estado gradualmente a diminuir, acompanhando o evoluir normal dos acontecimentos".

## Fernandez Miranda preside às Cortes

JUAN CARLOS nomeou na noite de ontem o seu antigo perceptor para presidir às Cortes espanholas. Autor do projecto de "Lei das Associações Políticas", Fernandez Miranda é um "heterodoxo" face aos falangistas tradicionais, cujo candidato favorito era o dirigente sindical Emilio Lasso.

Fernandez Miranda pertenceu à Falange mas, depois de ter abandonado o "Movimiento" pela Opus Dei, foi encarregado por Carro Blanco (de quem era vice-Primeiro-Ministro) da tarefa de desagregar a organização política de que tinha saído.

## CR debate lugar dos militares na vida política

O CR REUNIU SE hoje, de novo no Restelo, para analisar os resultados que derivam do golpe falhado de 25 de Novembro, a nova conjuntura política e as necessárias alterações que daí decorrem. Recorda-se que, desde que se iniciaram as operações militares, não foi possível realizar reuniões do CR do tipo habitual, já que raras vezes os conselheiros se encontravam todos presentes em Belém.

Esta seria razão suficiente para que se esperem com alguma expectativa os resultados desta reunião, se bem que também se deve esperar que os temas a tratar não fiquem agotados nem concluídos nesta primeira reunião formal. Por outro lado, a representação da Armada não estará ainda completa, embora já esteja presente o novo Chefe do Estado Maior da Armada, almirante Souto Cruz (nomeado para este cargo por ser o almirante no activo mais antigo).

O facto de a reunião do CR se realizar, de novo, no Restelo, é considerado como demonstração de que a grave situação criada em 25 de Novembro está já completamente resolvida. Apesar disso, alguns membros do CR pensam que os resultados políticos do fracasso do golpe (ver editorial pág. 10) ainda não estão convenientemente esclarecidos, constituindo esta reunião a primeira oportunidade para se fazer a análise correcta do significado e principais efeitos políticos do 25 de Novembro.

### A questão principal

A questão principal que se espera que virá a ser debatida na reunião de hoje do CR é a que diz respeito à posição dos militares na vida política portuguesa.

A situação de crise a vários níveis que se atravessa e o facto de as Forças Armadas terem, objectivamente, servido de instrumento de intervenção política por parte de sectores partidários são as duas grandes razões que os membros do CR consideram suficientes para exigir um exame crítico cuidadoso sobre qual deve ser a posição das Forças Armadas em geral, e do Conselho da Revolução, em particular, no sistema político português.

Por um lado, segundo afirmam,

a nova unidade entre os militares que foi conquistada em 25 de Novembro cria novas exigências aos militares. De facto, a sua função de defesa da liberdade e de outras conquistas básicas está devidamente demonstrada e não é compatível com o abandono da vida política, até porque isso poderia permitir um novo processo de manipulação partidária da vida política nacional. Se isso acontecesse novamente, pensam que então seria inevitável a queda num regime autoritário de direita.

Mas, por outro lado, reconhecer que a gravidade dos problemas existentes na sociedade portuguesa implica que sejam os técnicos e os políticos quem deve orientar a determinação das vias concretas, ainda que os militares possam continuar a exercer uma função de vigilância quanto a eventuais desvios que se venham a concretizar em relação às linhas fundamentais de política. Para que esta nova orientação da vida política tenha algum efeito, e possa atacar os problemas mais presentes consideram que os políticos devem ser devidamente responsabilizados pelas medidas que propõem e aprovam, o que pressupõe que tenham também uma autonomia suficiente para poderem desenvolver os seus programas. Contudo, sublinham que, mesmo accionando esta tese geral, não pensam que seja vantajoso para o interesse nacional que os militares abandonem a cena política, deixando a entrega às lutas partidárias que actualmente se desenvolvem.

É entre estes dois "limites" que se deverá situar o debate se, como se prevê, o CR analisar esta questão na sua reunião de hoje.

### O pacto e o CR

Como é natural, esta questão prende-se directamente com o conteúdo do pacto celebrado entre o MFA e os partidos políticos em Abril deste ano e que a Assembleia Constituinte analisa também ao longo desta semana.

Como se sabe, o órgão nuclear de toda a estrutura política prevista no Pacto é o Conselho da Revolução. De alguma maneira ele é como que um Chefe do Estado convencional, na linha lógica dos poderes que vem já da Junta de

Salvação Nacional e do presente Conselho da Revolução. Se recalcanarmos os seus poderes teremos:

a) A auto-definição da sua própria composição, embora de acordo com a Assembleia do MFA.

b) A definição das orientações programáticas da política interna e externa (que normalmente compete ao Presidente da República);

c) Julgar da constitucionalidade dos diplomas legislativos no aspecto mais importante que é o material orgânico (os tribunais só podem julgar das violações de forma);

d) Sancionar as leis que respeitem a todas as principais esferas da vida política, económica e social portuguesa;

e) Legislar sobre a matéria militar e sobre qualquer outra matéria de interesse nacional e revolução urgente, quando os órgãos civis o não puderem fazer;

f) Deliberar sobre a dissolução da Assembleia Legislativa (poder que normalmente compete ao presidente da República);

g) Decidir sobre a declaração do estado de sítio;

h) Atribuir poderes constituintes à Assembleia Legislativa e propor a título exclusivo emendas à Constituição (poderes marcados do Presidente da República);

i) Designar substituto interino do Presidente da República;

j) Pronunciar-se sobre a escolha do Primeiro Ministro e três Ministros de relevo;

k) Exercer funções de fiscalização do Governo que normalmente competem a um Parlamento;

l) Exercer funções características de um órgão consultivo, tipo Conselho de Estado.

Temos, pois, um órgão militar com funções características de um sistema de governo presidencialista e que será o órgão máximo na estrutura efectiva do poder do Estado, com uma amplitude de atribuições que, aparentemente, não corresponde já à actual conjuntura nem à análise que dela fazem os membros do CR. Seria conveniente a alteração destes aspectos do pacto de forma a tomar a articulação entre o poder militar e o poder civil mais próximo do modelo democrático, sem que, entretanto, se esqueçam as particularidades e os condicionamentos do sistema político português?

SAMPALDO, can-  
to esquerdo

por Jorge Sampaio

## A propósito de descolonização

PORTUGAL e os portugueses dão provas de paciência e imaginação sem limites. Enquanto, por toda a parte, se assiste a uma implacável sequência de comunicados, entrevistas, desmentidos e textos pseudo-programáticos, já ninguém repara que, no voragem, se vão arquivando impunemente problemas há bem pouco tempo considerados como decisivos. Quando o desgaste e as cicatrizes sempre reabertas coincidirem com a generalização dos reflexos da chamada (impropriamente) crise económica, já será muito difícil manter viável a experiência da transição, se entretanto não tivermos encontrado um poder político estável, de conteúdo e acção progressistas.

Vem isto a propósito da questão de Angola. Mobilizadora de todas as energias até ao 11 de Novembro, causa das mais espantosas e despropositadas declarações, parece ter caído agora no rol das coisas esquecidas.

A descolonização, vista do lado das nossas iniciativas, corre assim o risco (como tantas vezes aconteceu) de vir a ser apenas um conjunto imenso de episódios na luta pelo poder em Portugal. Isto é, um reservatório a que se vão buscar culpas e designios nos momentos considerados indispensáveis pelas exigências daquela luta e consoante quem há a demolir.

Estamos na altura de se iniciar, à escala nacional, um balanço realista do que foi a nossa descolonização, que pondere as realidades que encontramos perante a nossa capacidade política. O que se não podem é deixar sem comentário críticas fáceis, arvoradas pelos nostálgicos da autodeterminação sem independência, ainda bem presentes no tablado do nosso consumo político.

2. A estrutura e objectivos do regime político antes do 25 de Abril e o carácter dependente e subalterno do capitalismo português explicam, em boa parte, a nossa colonização. Ligando a sobrevivência do regime opressor depositeo exagerou na defesa dos interesses que servia. As descolonizações são tanto mais suaves (na perspectiva do poder capitalista que são) quanto melhor e mais apetrechado for o interlocutor a quem se cedem os instrumentos de domínio, característica indispensável daquele poder. Os vários imperialismos (ou sub-imperialismos) tinham-no percebido há muito e por isso mesmo o seu modelo desenvolvimentista nas respectivas colónias foi capaz de criar as burguesias nacionais, agentes indispensáveis à sobrevivência do sistema. A eclosão da guerra nas colónias inicia o caminho para o fim da função reservada à então classe dominante portuguesa no jogo de forças à escala mundial. Mas marca também o advento de movimentos de libertação de pendor claramente progressista e radical, em contraste, salvo raras excepções, com as características mais notórias das independências africanas.

3. A guerra das colónias tornou em parte possível o MFA e o 25 de Abril, mas abriu em Portugal numa ligação que perdura, um processo de luta pelo poder. Arrumado, de Junho a Setembro de 74, o modelo Spínola de descolonização (e ter-se-á ainda de ver quais as cúpulas partidárias que, por silêncios ou discretas falas, lhe foram dando indispensável apoio) pode então o MFA ligar na prática, para além dos textos legais, auto-determinação e independência, redescobrir nos movimentos de libertação aquela legitimidade antes combatida, perceber o paralelismo (que não necessariamente a similitude) dos vários projectos nacionais. Foi assim relativamente fácil resolver em termos progressistas os problemas da Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé, sem embargo de se podermos ter considerado, com mais rigor, algumas especificidades. A solução brotava com clareza das lutas conduzidas pelas vanguardas dos povos colonizados. A execução dessa nova política, pelo lado português, e para além de uma correcta opção inicial, pôde ser prosseguida sem que a luta interna pelo poder nela tivesse o seu impacto destruidor. Não tínhamos, na verdade, que optar. E quem pretender hoje aumentar a importância das sequelas só demonstra o apego a soluções neocoloniais, únicas que, pela permanência dos sistemas anteriores, contém alguma viabilidade de se minimizar, apenas aliando uma inexorável clarificação.

4. Mas já na questão de Angola todas as nossas contradições vieram à luz do dia. Não na fase inicial, onde se tentou, com aplauso geral, aplicar a três (com a respectiva ajuda, que envolvia mútuo reconhecimento, levado até Junho em Nakuru, já sem a nossa presença) a solução já provida com um só. Nessa fase, a opção por um só movimento era impossível, por razões sobretudo externas. E não nos esqueçamos que o MPLA chegou ao processo de descolonização desnudo e sem força. Seria necessário um poder forte e militante, capaz de proteger o desbobinar de uma ainda incipiente solução.

Nada disso existia — o país, os partidos, quase tudo, enfim, desmobilizara para as graves responsabilidades e exigências de uma descolonização progressista. Acresce que o MFA, privado de evidente desânimo e de mingua programática, já não poderia ser o guia único, exclusivo e responsável de uma diligência libertadora. Já se começava a pensar, também, nas ligações futuras que um recuperado capital poderia vir a ter em Angola, uma vez derrotada a solução progressista...

Uns, esquecidos do desinteresse a que sempre tinham votado a descolonização, gritaram pelo reconhecimento de um só movimento (já!) como panácia para os seus males ou desejos internos. A questão central não era essa. Residia, sim, no reconhecimento do Governo, após a independência, face às necessidades e ao indispensável realismo que uma estratégia definida para as nossas relações internacionais, se existisse como responsabilidade colectivamente assumida, indicariam com facilidade.

Outros não se lembraram, muito de propósito, das enormes possibilidades e cambiantes vários que a facilidade discricionária de reconhecer governos permite, cedendo, sem mais, às claras solicitações dos responsáveis máximos da nossa tradicional zona geo-política (o Brasil, muito mais ágil, já lhes explicou como deveria ter sido...). Com reconhecimento ou sem ele, as nossas alianças, infelizmente ditas tradicionais, acabariam por ficar na mesma. Com o silêncio (incómodo e incoerente) é uma amarga falta de coragem que deixamos atrás de nós, uma dramática ocasião perdida no caminho para um lento, realista e gradual deslinhamento.

E o facto está aí: o MFA já não teve a força suficiente para, ao menos, levar o Governo a reconhecer o MPLA (e há tantos graus para o fazer no âmbito do Direito Internacional), o que sempre seria indispensável para respeito da coerência, correctamente assumida até agora, no decurso do processo de descolonização. Nessa coerência repousava, em boa dose, a legitimidade do 25 de Abril e do processo de transformação estrutural em curso na sociedade portuguesa. Os inimigos de ambos nunca o esqueceram.

(artigo escrito em 26/11/75)

CARVALHO, Augusto de

## 25 de Novembro: vitória (por enquanto) da independência nacional (com o MFA dentro)

Augusto de Carvalho

PASSADOS que lá vão vários dias depois do 25 de Novembro, já é possível ler nos acontecimentos algo do futuro próximo de Portugal, desvendando-lhe as coordenadas.

Os líderes políticos desmultiplicaram-se em declarações e os militares-políticos não lhe ficaram atrás. Das declarações mais significativas, porém, relacionadas com o "pronunciamento de Lisboa", podemos considerar as de Álvaro Cunhal

na tentativa de desculpar o seu partido, lançando implicitamente as responsabilidades para os militares de esquerda, que ontem o serviam escondendo a sua filiação ou afeição ideológica. Disse, com efeito, o secretário-geral do PCP à televisão sueca, onde Mário Soares denunciou os comunistas como autores de um "golpe de Praga" que falharam: "Foi uma derrota séria para os militares de esquerda, mas não tivemos nada com isso. Pensemos que a acção dos

pára-quadistas foi um movimento espontâneo, não organizado, de protesto pelas medidas que eles consideram contrárias aos interesses da revolução. Mas a nossa preocupação é que os aliados da reacção fascista estejam hoje mais perto dos militares."

Os sectores da imprensa estrangeira que melhor conhecem o nosso país são unânimes em afirmar que o desvio para a direita que pode espreitar Portugal, e há muitos sinais disso, se ficará a dever, em grande

parte, a concretizar-se à política aventureirista de Álvaro Cunhal e das forças furistas, a ele aliadas pelo menos no terreno da prática política.

Um olhar de relance pelas organizações políticas que emergem do povo depois do 25 de Abril, tentando, depois, imprimirlhe a respectiva orientação ideológica, pode fornecer-nos indicações através da análise da sua evolução para delimitarmos o nosso futuro próximo político.

### As declarações de Charais

Foram as Forças Armadas quem derrubou o fascismo, na medida em que, como dizia ante-ontem o brigadeiro Charais em entrevista à RTP. Ihe retiraram o sustentáculo das armas para o porem ao serviço das classes mais desfavorecidas. Foi esta uma entrevista, a todos os títulos importante, como leitura da situação na medida em que o brigadeiro Charais procurou distanciar as Forças Armadas dos partidos políticos, tentando, de novo, fazer surgir o MFA naquilo que o Comandante da Região Militar do Centro apresenta como sendo a sua pureza primitiva, quando ainda isento de manipulações partidárias ou pelo menos a elas quase imune. Vem um pouco na linha das recentes declarações de Meló Antunes, em que também o MFA surge como garante do processo político em curso, contra muita gente

que, dentro ou fora das casernas, começa a advo-gar, com mais insistência, que o MFA a elas deva regressar. O brigadeiro Charais pôs a tónica no 25 de Abril e na sua realização a favor das classes mais desprotegidas, fórmula que, com o andar dos tempos, viria a materializar-se nos quadros do socialismo a criar pelo povo português, fórmula essa de conteúdo bastante impreciso, embora de contornos indicativos. O pacto do MFA com os partidos que o subscreeveram, viria a inscrever o socialismo nos quadros da obrigatoriedade da marcha política, partindo do princípio que o povo português o havia escolhido nas eleições.

As Forças Armadas que, antes do 25 de Abril, eram vilipendiadas nas ruas do país, sob a acusação de fascistas e colonialistas redimem-se com o 25 de Abril e aparecem orgulhosas e confiantes a fazer esquecer todo um passado. O dia

primeiro de Maio de 1974 foi a sua grande vitória, a vitória do povo que celebrando a sua libertação as vitoriou. Mas as Forças Armadas não consignavam no seu programa inicial a teoria das vanguardas. Dele se deprendia o desejo de transformar o país numa imensa classe trabalhadora, criando um sistema em que não fosse possível a exploração do homem pelo homem. Partidos surgem por tudo o que é sítio e pululam como cogumelos. De norte a sul de Portugal, a política é coqueluche. Depois de 50 anos de cativeiro, bem se podia dizer que a liberdade era o gozo maior do povo português, tendo as Forças Armadas evitado a tentação fácil de impor um modelo de cima para baixo e à força, como aconteceu na maioria dos países, onde elas intervieram derrubando regimes. Escolheram, sim, constituir-se em garantes de um processo em que fosse o povo a eleger os seus destinos. Para tal não viram outro meio mais apto que as

eleições a que os portu-gueses acorreram em massa, votando no socialismo que, regra geral entendiam, sem grande especulações intelectuais próprias dos chamados intelectuais mesmo que de MUTI, como um sistema onde acabasse a miséria e a opressão e onde, por consequência, reinasse a igualdade fundamental de todos perante todos, com as mesmas possibilidades de acesso aos bens em sentido total e à participação na vida pública. Vinhamos de um sistema onde a exploração era flagrante em todos os domínios, com um dos níveis de vida mais baixos da Europa e com uma liberdade amordaçada: um povo mantido em grande parte na escuridão, com a cumplicidade da maioria dos meios de comunicação social quase todos eles a serem a voz fiel do dono, ou directamente porque o dono era o Estado, ou indirectamente porque o dono eram empresas de quem o governo era, na prática, o mandatário.

### Spinola e Cunhal

O 25 de Abril não era apenas um, mas dois pelo menos: o liberal de António de Spínola e o socialista, desembocando este em pluralismo. António de Spínola havia de tentar desvanecer o MFA para que o seu projecto político liberal, de cunho burguês, pudesse ser actuado com mais facilidade.

Curiosamente, pouco depois do 25 de Abril surgem-nos duas forças de tendência golpista. A primeira a aparecer foi a de António de Spínola, embora a do Partido de Cunhal estivesse encubada influenciavam-se reciprocamente. Nem um nem outro esperavam pela manifestação da vontade popular. Tinham os seus desígnios e queriam impô-los com a força distarçada. Spínola fulhou estrondosamente no 28 de Setembro e clamorosamente no 11 de Março.

Cunhal, com um comité central com 400 anos de cadeia, forjado na luta antifascista, mártir e igreja fechada, reunia todos os predicados e os defeitos de semelhante situação, sendo os maiores deles o desconhecimento da globalidade do povo português e a fidelidade quase canina a Moscovo. Sempre o Partido Comunista Português foi ponta de lança de Moscovo nas ocasiões mais graves:

veja-se o caso da Checoslováquia, veja-se quando advoga as relações comerciais de Portugal com a URSS, o que entibou as relações do PCP com os movimentos de libertação, vejam-se as relações do PCP com o PCE, PCF e PCI. Era o Partido Comunista Português uma igreja fechada, orgulhosa dos seus mártires, vivendo na adoração do deus moscovita. Isto tolda-lhe a visão real dos problemas portugueses, fechado como está no seu romantismo, em grande parte fruto de um dogmatismo alimentado na clandestinidade e no respeito pelos ídolos que são da mais diverso género.

Chegados ao palco livre deste ocidente europeu, imediatamente se lhe deparam umas Forças Armadas permeáveis e ingénuas, de pureza angélica. E colam-se-lhe, mirando a conquista do poder através da armas. Ao povo impor-se-lia o modelo já experimentado na URSS. Mas para isso era

necessário estar no governo porque mais postos podiam conquistar.

O poder, desde que bem trabalhadas as forças que: ele conduzia, estavam ao alcance da mão e o resto viria por acréscimo, através de imposição de um modelo de cima para baixo. Com paciência, foi-se incrustando nos partidos a sua esquerda, cuja prática política nem sempre controlou, mas que no fim e ao cabo acabariam por seguir os seus desígnios. Aparecem as fúres. Misturam-se todos, embora de vez em quando se arranhem. No intervalo, e já antes, lançam mão dos ficheiros da PIDE, por intermédio de militares da sua confiança, arredando os restantes. Ali são esquadrihadas as vidas daqueles que punham obstáculos ao seu projecto político. Havia militares a queimar e essas fichas podiam servir, até porque também já havia uma imprensa dócil que era comandada a partir de António Serpa.



### O caso Ferreira da Cunha

É isto foi um grande erro que cometeu o partido de Cunhal. Enveredou-se por uma sociedade de vinganças e saneamentos, o que logicamente iria dar ao a outras vinganças e saneamentos. Quando, por exemplo, Ferreira da Cunha, isto para citar o caso mais recente, entra para o ministério da Comunicação Social, agita-se o facto de haver trabalhado em serviços do ministério da Defesa relacionado com a informação, a que chamam super-pide, embora fosse errado o alvo porque Ferreira da Cunha nunca trabalhou nos tais serviços do ministério da Educação Nacional. O que acontecera é que o mesmo chefe era comum aos dois. Quem lançou a campanha, porém, nunca se lembrou de a atacar, enquanto Ferreira da Cunha foi chefe do gabinete do Presidente da República, nem disse que tal serviço dependia do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas que era então o general Costa Gomes. Nem se disse que dependente desses serviços, deu aulas a oficiais sul-africanos o comandante Correia Jesulno no tempo do fascismo, nem tão pouco que o coronel Leal de Almeida, indigitado para inquirir Ferreira da Cunha, havia sido o braço direito de Alpoim Galvão na tentativa de invasão de Conakri.

Se menciono todos estes factos não é para denunciar, já que a denúncia não tem aqui cabimento. É só para dizer que o caminho do saneamento e da vingança pelo qual se enveredou, activado em grande parte pelo PCP, havia de acabar por envolver o próprio partido que mais mártires contava no martirologio, atingindo os homens que o serviam, já que durante os longos anos do fascismo a maioria dos portugueses com o sistema se tinha manchado.

Viveu-se, durante muito tempo, numa sociedade de vingança, pretendendo eliminar golpistamente os homens que não convinham, embora pudessem ser de utilidade para a revolução, depois de conduzidos por uma pedagogia correcta. O oportunismo campeou à mistura com a mentira mais desenfreada.

Quem ainda hoje se recorda do 28 de Setembro com o povo em massa, nas barricadas porque queria avançar (pecepistas e não pecepistas), do dia de trabalho que Vasco Gonçalves pede ao domingo (pecepistas e não pecepistas trabalham) não pode deixar de olhar para os partidos que se dizem revolucionários e censurar-lhes o caminho político que seguiram e convidá-los a uma reflexão atenta a partir do povo e tendo em conta o MFA, agora a querer ressurgir depois do "Pronunciamento de Lisboa do 25 de Novembro".

### Não passar a esponja

Mas os partidos socialistas não tiveram culpas? Claro que sim. Mas fazem o seu dever, fazem a marcha atrás, pois para lá nasceram e para isso são alimentados. Não se vai pedir a um partido capitalista que facilite o caminho para o socialismo. Pede-se, sim, a um partido socialista que conheça o adversário e o nome do povo que serve do qual quer banir as condições de exploração.

Por tudo isto e atendida a que as declarações dos chefes políticos-militares continuam a apontar linha do socialismo, desde Veloso a Melo Antunes parece-nos necessário para o futuro da revolução que se proceda a um saneamento (não tem aqui o sentido que lhe vem sendo dado, mas saneamento de sanidade da vida política portuguesa e que os partidos implicados em aventuras sejam postos perante as suas autênticas responsabilidades. Ao golpismo pecepista aconteceu o mesmo que ao golpismo spinolista. Mas se o pecepismo voltar a esvarecer pelo mesmo caminho, poderá empurrar para a direita as forças que agora ainda são de esquerda.

Parcece-nos que em 25 de Novembro saiu triunfante o projecto da independência nacional, mas não é líquida por enquanto, que o PCP se adira. Ficar-lhe-ia bem uma autocritica pública, que contribuiria imenso para um salto qualitativo que o 25 de Novembro, por estranho que pareça, é uma plataforma favorável. Passa, porém, uma esponja por cima das suas culpas, não nos parece razoável. É anti-voluntade e, por isso, anti-revolução dado que todos os indícios o apontam como fortemente conveniente parece impossível quando tantos homens da sua inteira confiança estavam metidos até às orelhas no golpe, não apenas militares mas sindicalistas (veja-se o caso das betoneiras de Amadora uma das quais conduzida, segundo as declarações do ajudante de condutor, por um dirigente sindical) que o comité central ignorasse o facto. Ninguém o acredita, a não ser os seus adeptos e os filiados de seita que recusam a ler outra coisa que não seja a imprensa do partido, atitude alíás que a organização alimenta.

## o país

25 de Novembro  
em várias frentes

• NA FRENTE MILITAR, um militar "operacional" deixa aqui o seu depoimento. Um entre muitos possíveis, mas significativo de uma das correntes de maior peso no MFA: o "operacional" que fala neste número do EXPRESSO EXTRA, recusou identificar-se por "anti-vedetismo", mas teve um papel decisivo que no 25 de Abril, quer no 25 de Novembro e marcou presença na criação do "movimento dos capitães" que derrubou o fascismo. Para ele, "a revolução socialista só avança se as pessoas estiverem com ela". Para ele, ainda, "a socialização não se faz com ideais, mas com homens de espírito comunitário". O qual, dizem os "operacionais" aqui presentes, pressupõe a abolição das "cabeças de cartaz". Esta profissão de fé so anonimato é, pois, uma opção política. Dela julgarão os leitores através deste depoimento, obviamente discursível na orientação ideológica que deixa transparecer, mas autêntico. Trata-se de um homem atacado de vários lados, acusado por alguns de "spínakista", mas que o ex-



geral do monóculo receava como "comunista" (nesta página).

• NA FRENTE SINDICAL, um dos pontos que ainda permanecem relativamente obscuros consiste no papel e nas posições dos sindicatos sobre o 25 de Novembro. Enquanto alguns sindicatos de Lisboa afectos à linha PCP teriam pretendido levar a efeito uma mobilização para greve geral, a Intersindical manteve, ambigüamente, as suas distâncias, para o que desejava voltar. Porquê? Em uma das pontas da moeda que aqui pegamos (pág. 34)



o NA FRENTE ESTUDANTIL, a nível das escolas superiores de Lisboa, as diversas posições tomadas (ou não) ilustram, significativamente, as várias linhas políticas em que se divide o movimento associativo. (pág. 51)

Retornados  
e transferências

• MAIS UMA QUESTÃO candente do complexo pro-

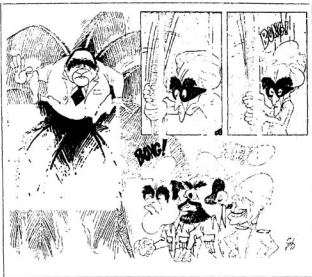
blema dos retornados: os casos de duplicação na troca de moeda de Angola, de que, em diversas circunstâncias, aproveitam muitos oportunistas, beneficiando da ausência de um controlo eficaz da situação, da desorganização ou desarticulação dos serviços responsáveis — e, ainda, da indefinição política vigente em Angola, com dois governos no terreno e três movimentos em guerra aberta. Entretanto, foram fornecidos dados ao sistema de computadores do Banco de

Angola para apuramento do ponto real da situação existente. (pág. 5).

### Serviço cívico volta este ano

• **VOLTA O SERVIÇO CÍVICO** com figurino quase idêntico ao do ano transacto e que tanta contestação suscitara (e suscita) nos meios estudantis. Volta por enquanto assim — para mudar para o ano, dizem os responsáveis pela sua organização. (pág. 4).

• **ENTRETANTO,** o engenheiro criador de um estudante de engenharia portuguesa está na origem de um invento — que poderá vir a ser de importantes consequências, mesmo para além das nossas fronteiras — destinado a produzir energia aproveitando a força das correntes aéreas e a pressão dos ventos. Num momento em que a questão do equilíbrio ecológico está na ordem do dia — sendo em causa a própria lógica do sistema capitalista — a ciência tende a recuperar a sua escala humana. (pág. 4).



25 de Novembro

# Depoimento de um "operacional"

## "Falar menos e fazer mais"

A TURBULÊNCIA política resultante dos acontecimentos desencadeados em 25 de Novembro ainda não acabou, em termos de clarificação absoluta das motivações, pressões e acções que, para os observadores, colocou o país à beira de uma muito séria confrontação armada.

O "EXPRESSO" pretende suscitar a opinião de um elemento militar operacional que viveu os acontecimentos por dentro e não desamparados, além disso em outras ocasiões críticas do processo revolucionário, um papel não só operacionalmente importante como decisivo para a reestabilização da linha precedida pelo movimento dos capitães. Deparou contudo com o anti-redutismo deste oficial membro do MFA, que já havia recusado entrevistas a vários jornais nacionais e estrangeiros e que aceitou trocar impressões com o nosso repórter a título meramente particular e sob compromisso de não serem revelados nomes.

É o resultado da conversa, dificultada ainda pelos múltiplos afazeres do referido membro do MFA e pelo cansaço físico de que dava mostra, ao fim de uma semana de preparação permanente.

«ESTA situação resolve-se quando houver a soberania de princípios que é necessária, até para servir de exemplo. As pessoas devem falar a menos possível e fazer o mais possível. E o nosso país só poderá compreender o socialismo quando se socializar».

Temos que ter em conta a situação real deste país, inserido no contexto ocidental e em 1975, com um determinado estado de evolução e, para além do mais, com uma certa mentalidade capitalista, que é necessário fazer evoluir, não pela força na pole ditadura, mas pelo trabalho árduo.

Temos que ir ao concreto e ultrapassar os próprios partidos, já que as discussões partidárias têm que ser feitas em segundo lugar, quando as pessoas acreditam no fim que têm a atingir. Dou-lhe um exemplo: quando se trata de fazer o abastecimento de água a uma população que a não tem, todos os partidos, desde o CDS ao MRPP, têm de colaborar. O avanço da revolução, só pode ser feito quando as pessoas estiverem com ela. Ora, quando por falta de trabalho político e de enquadramento a todas as níveis e por falta de exemplo, as pessoas se divorciam, a revolução está perdida se não as reacostar».

### «Acabar com as cabeças de cartaz»

Referindo-se depois a aspectos localizados da resposta ao 25 de Novembro, que haveria de desenvolver mais à frente, o mesmo oficial afirmou-nos:

«A movimentação em Lisboa, no que se refere ao apoio popular não foi nem comparável ao tempo que as pessoas deram na linha ao norte da Azambuja, onde a população veio para a estrada até com bandeiras nacionais, como se festejasse o novo 25 de Abril. Isso pareceu-me aleatório e surge como se o povo português se tivesse dividido em dois: há um povo que por circunstâncias especiais tem um determinado enquadramento ideológico e uma certa percepção da revolução, e outro que aparece desligado do contexto, para quem a revolução é uma coisa que o agride, e que só pode ser recuperado através do esclarecimento colectivo».

Por isso, ao contrário de as pessoas falarem demais e fazerem de menos e que o socialismo não se constrói com ídolos, mas com homens de espírito comunitário e para que etc

exista têm que acabar de vez os cabeças de cartaz.

A norte do Tejo, existem mais de 70 por cento dos portugueses, que não compreendem muito bem o que está a acontecer. Temos que ter um cuidado muito especial, para que a revolução socialista avance e para que se possa trabalhar pacificamente pelo exemplo a mentalidade burguesa de uma grande parte da população. Ora, é sabido que isto não se faz num dia nem por decreto».

Enquanto a seguir uma breve análise sobre as causas próximas da sublevação do 25 de Novembro, aquele membro do MFA apontou:

«Houve um aventurismo que, para mim, foi o 11 de Março de sinal contrário; enquanto, no 11 de Março, houve um aproveitamento oportunista de extrema-esquerda da situação, neste momento há que evitar que haja o mesmo aproveitamento oportunista por parte da direita. É aqui é transcendente a posição da imprensa, que tem que se comprometer que não é só lidar em Lisboa, é lidar e tem que trabalhar no e para o país inteiro. Uma grande parte dos jornais, representam emorinamento de mais para a cabeça da grande parte dos portugueses e a média dos cidadãos não compreende muitas situações, sendo-se atacada e

ofendida porque não há uma preocupação de esclarecimento em palavras o mais simples possível, quer a nível público, quer a outros níveis.

A nossa argumentação de que a sua posição de militar directamente responsável pelo avanço material da revolução, não pode ser alheia a um certo apoio ideológico, o oficial esclareceu-nos que se considerava um indivíduo atacado por toda a gente, pela razão de que não aliava a sua voz com o PC, nem com o PS, nem com o partido X, mas apenas com uma coerência que já vem de antes do 25 de Abril. Referiu-nos, em seguida, a sua convicção de que existem irresponsáveis em todos os grupos e partidos, assimilando a proclamação que, quando o MRPP costumava a figura de Jaime Neves, a casa do oficial com quem falámos esteve cercada por simpatizantes daquele Movimento que pretendiam exercer coacção psicológica sobre a sua mulher.

Explicou-nos depois que a intencionalidade partidária lhe tem permitido manter-se afastado da adulação e da contestação dos partidos políticos, ou que a não têm vindo a asselar com mais ou menos transiência de acordo com o que consideram as conveniências do momento:

«Para ter uma ideia, digo-lhe que, logo ao 25 de Abril, e após a prisão dos responsáveis maiores pelo regime anterior, eu comandava forças que deviam estar sob a responsabilidade de um major, apresentei-me na Pontinha e a primeira coisa que o general Spínola fez foi retirar-me o comando e entregá-lo a um major, alegando que eu era comunista. Pouco tempo depois, e ao sabor dos interesses das forças partidárias, fui considerado socialista, o que ilustra bem as impressões que se podem dar no contexto da opinião pública intoxicada pelas manipulações partidárias e em que a imprensa também tem responsabilidade. Já vê que tenho razões para evitar prestar declarações.

### «Não quero ser ministro nem D. Sebastião»

A opinião deste oficial, quanto à posição do SUV, assume-se desde desempenha as suas funções, é a de que haverá uma parte válida como resposta de esquerda, mas que apresentam o aspecto altamente negativo que é o de reforçar as direitas: «A pressão de radicali-

zação que os SUV's desenvolveram começou a encontrar o quadro permanente à direita, e foi dentro dessa linha que apareceu a Frente Militar Unida para tentar encontrar um programa de esquerda que conseguisse deter o refluxo para a direita. Em teoria, os SUV's identificaram-se com a Assembleia de delegados de unidade, em que as classes elegiam delegados para a Assembleia. Na prática era exactamente o contrário. E certos órgãos de informação deturparam de tal maneira o processo que me apresentavam e a outros oficiais da unidade como frontalmente contra os SUV's, quando aliada ninguém sabia exactamente o que eram nem como definis-la. Isto é tão grave como a censura no tempo de Marcelo Caetano e levou-me a considerar que não é fomentando divisões entre elas não existem, que se pode salvar uma revolução, nomeadamente quando as pessoas que estão em desacordo, mas não divididas procuram e conseguem uma solução pelo diálogo.»

Pretendemos depois ouvir o mesmo oficial quanto à sua posição de responsável por algumas das acções concretas desenvolvidas pela sua unidade em ocasiões de perturbação do processo revolucionário, com as inflexões confidenciais pelo 28 de Setembro, o 11 de Março e agora o 25 de Novembro. Respondeu-nos:

«Sinto-me responsável pelo 25 de Abril, na parte em que a acção militar foi preponderante, e portanto sou responsável pelos erros desse 25 de Abril, mas não me sinto responsável pelas violências, porque essas não são minhas, mas de um conjunto de indivíduos que para elas contribuíram. Em relação às deserções, ou a parte delas, sinto-me responsável, na medida em que, se quando se começou a ver surgir, não lato para as ultrapassar. A minha validade reside na possibilidade de contactar com muita gente a outros níveis, e tentar que determinadas soluções apareçam.

### «O Poder não é um cavalo que se monta»

Para além disto, não tenho nem quatro metros métricas, e, entre os militares, só conheço três espécies de postos: comandante de pelotão, comandante de esquadrão e comandante. Sinto-me perfeitamente realizado como comandante de esquadrão e válido nessa qualidade. Não

quero ser ministro nem D. Sebastião, nem alimentar a tradição dos filhos do povo português. Experimente não há revolução sem competência, e para mim considero que não posso ariscar a que ela se perca porque se trata da minha sobrevivência em termos de utilidade para o processo.

Contanto a posição dos indivíduos que toda a vida foram burgueses e que de repente vêm dizer que fizeram a sua opção de classe. Não se fazem opções de classe assim. Para já, temos de encontrar uma base de entendimento de esquerda que permita reconstruir o MFA (que não existe nesta altura) e com ele, actuando conjuntamente com os partidos, obter a chave de entendimento mínima capaz de fazer a junção MFA-partidos, facto vital para fazer avançar o processo. Para isso é necessário ultrapassar a crise PS-PC. E, depois deste problema resolvido, não contratar novos líderes perigosos que comecem a agarrar-se à cadeia do poder.

É que o poder não é um cavalo que se monta, nem uma coisa que se adquire, mas uma função que se executa em nome do povo, com o aval do povo e com o povo, mas sem demagogia, não para servir os seus interesses, mas o de uma sociedade, respeitando-lhe a vontade soberana. Não se pode considerar detentor da verdade e agir como quem tem a verdade na mão, obrigando todos os outros a seguir a essa verdade, mas considerando as pessoas responsáveis e adultas e capazes de seguir as suas próprias opções. É disso que não se pode exigir, em nome do avanço da revolução, a adesão das pessoas que não pensam como nós, nem sobre elas exercer a repressão para conseguir os nossos objectivos.

### «A coerência identifica-se com a disciplina»

Debruçado-se em seguida sobre os recentes acontecimentos do 25 de Novembro, o elemento do MFA com quem dialogámos considerou tal eventualidade inserida num contexto mais vasto, cujas linhas de força apareceram em resultado de dois factores importantes, os desmembramentos partidários e a desagração da disciplina militar que o seu transporte para o interior dos quartéis veio acarretar. Eis o seu ponto de vista para explicar o resultado do golpe de há uma semana:

«O confronto que esteve para se realizar foi ultrapassado, porque se conseguiu manter a disciplina em algumas unidades que ficaram fora de toda esta agitação e que tinham evitado a desintegração da estrutura militar; se não fosse isso, estes acontecimentos não se poderiam explicar. Há também que ter em conta a posição de muitos militares que estão furtos da miséria que é a guerra e que, sobretudo, porque há muitos dos nossos políticos que brincam com o fogo. Tudo isto e a consciência de que é necessário resolver os problemas dos homens pela força e com sangue e porque é inconcebível serem-se portugueses a matar portugueses, permitiu que surgissem as libertações independentes para ultrapassar as contradições.

E prosseguindo: «O Exército tem a missão de defender a revolução, mas só pode fazê-lo se mantiver o mínimo de estrutura e disciplina; em qualquer Exército do mundo, quer seja novo quer seja americano, a coerência identifica-se com a disciplina que deve ser a mais consentida possível, mas que nunca é insubordinação. As ligações entre os órgãos de comando e os efectivos tem de assentar na consulta e na colaboração, concretizando o que se chama a coerência nos quartéis, mas que tem sido subvertida até ao ponto de não se conseguir, em certos casos, o mínimo de operacionalidade.»

### A corrida ao «tacho»

Passando a uma breve retrospectiva da revolução, o mesmo oficial do MFA considerou que, logo após o 25 de Abril, houve que organizar uma defesa contra o que chamamos a linha de poder do general Spínola: «Quando esta preocupação foi vencida, já havia graves divergências e já existiam casques, que se auto-promoveram, porque na al-

tura eram úteis para combaterem outro casque, mas que, depois, cada vez mais esqueceram a deixar transparacer a sua linha de poder. Daí ter resultado a corrida aos tachos, passo a expressão, com muitos democratas de 25 de Abril espendidos, para obter determinadas necessidades. Surgiu depois o aproveitamento que acarretou a irresponsabilidade e voltámos a cair na contradição de que, havendo asceras, pagáveis nas bases, procura-se um responsável nos escalões superiores e ele não aparece. Espera-se agora se consegue montar uma estrutura de responsabilização e de competência, em que as pessoas são aproveitadas porque estão disponíveis, mas porque têm condições para crescer. E quando declaram de se ter, dão lugar a outras, porque não há pessoas insubstituíveis.

E referindo depois a necessidade de manter no Exército uma estrutura disciplinada e partidária como garantia revolucionária o nosso interlocutor observou:

«Esta revolução avança, grande buster e tal Exército partidário com chefes militares apartidários, dispostos a fazer dinamização interna e não tentar a expansão externa com uma contrapartida que avizale um socialismo a sério apoiado na conveniente estrutura ideológica. Temos andado a organizar o povo, porque vamos lá para fazer expandir ideias sem termos arriado a própria casa. E além disso, actuar com força em todos os desvios partidários; isto é, deixar as queridas políticas partidárias a porta do quartel. Se isso não for reprimido, e si terá mesmo de haver repressão, então estaremos a criar os blocos intervencionistas numa guerra civil, profitando a situação apenas por mais um mês. Aqui, dentro da linha de esquerda que o MFA procura ser, não pode haver jogadas de apoio a este ou àquele partido e muito menos ao de direita, porque o MFA é uma força de esquerda.»

## editorial

# Uma equação a duas incógnitas

A DECISÃO de dar por findo o estado de sítio, anunciada segunda-feira à noite pelo Presidente da República, permite deduzir que a situação gerada pelo golpe falhado de 25 de Novembro está dominada no campo militar. No capítulo político, porém, é agora que principia o «teste» fundamental do 25 de Novembro.

Por um lado, haverá que estar atento à eventual remodelação do Governo e à sua capacidade de funcionamento. Neste particular, a pedra de toque é dada pela situação presente e futura do Partido Comunista. Há quem queira colocá-la pura e simplesmente na oposição (será o caso do PPD). Há quem deseje que ele continue no Governo, desde que se retrate e seja «bem comportado» (será a opinião do PS). Há quem pretenda passar uma esponja sobre o passado (ver análise pág. 2) e admita o PC sem condições (será a atitude de Melo Antunes e dos ex-MES). Há também o próprio PCP a manter uma posição ambígua, protegendo, quanto possível, uma definição e aguardando a passagem da ressaca (que pode ser longa) dos acontecimentos da última semana.

Parecendo indiscutível que a presença do PCP nas lides governativas seria útil, se fosse norteadas num sentido construtivo e não golpista, a questão



que se põe é a de saber se essa presença é indispensável, mesmo que não haja garantias de que o golpismo cessará. Por outras palavras: embora o PCP de hoje não seja o mesmo de há seis meses, nem em termos eleitorais, nem em termos de força efectiva, até que ponto será ele necessário, na fase pós-25 de Novembro da revolução portuguesa, para a manutenção de um equilíbrio político (sempre instável), até às eleições para a Assembleia Legislativa, e para o funcionamento prático de um Governo que enfrenta problemas imediatos de maior gravidade, sobretudo no sector económico?

É evidente que, para muita gente, a questão não se coloca apenas em termos de necessidade prática e de eficiência, mas também no plano ideológico. Segundo uns, para o PCP não poderia deixar de estar activamente presente; para outros, a revolução socialista só triunfará se o PCP puder ser afastado. Claro que a palavra socialismo é demasiado vaga e genérica — o socialismo de Cunhal não é o de Arnaldo Matos, como o de Mário Soares não é o de Sá Carneiro nem o de Melo Antunes e dos ex-MES corresponde ao de Pereira de Moura — e o seu uso indiscriminado, abusivo e, em muitos casos, forçado tem sido um dos maiores factores de confusão da agitada vida política portuguesa.

Neste momento, essa confusão, não obstante a clarificação produzida pelo 25 de Novembro, mantém-se, tanto pela questão PCP, como pela divergência de opiniões que se adivinha entre os mais altos responsáveis militares quanto ao seu futuro papel político (ver notícia pág. 1). Uns, — o grupo dos «políticos» — entendem que devem manter-se no poder, que chegou a altura de ressuscitar o

MFA, que, hoje mais do que nunca, o pacto constitucional deve vigorar. Outros — o grupo dos «operacionais» — considera que a lição dos últimos 20 meses é nítida e aconselha ao regresso a quartéis. Um terceiro grupo existirá que perfilha uma tese intermédia, optando por uma permanência circunscrita a um papel de fiscalização política.

Alguns militares já perfilharam claramente uma das teses, como foi o caso de Melo Antunes, na primeira das suas duas entrevistas à RTP. Também os partidos, conforme as suas conveniências, se têm manifestado, com bastante cautela, a favor de uma das três soluções. —

O resultado que vier a ser encontrado para esta equação (o 25 de Novembro) a duas incógnitas (PCP e MFA) determinará as consequências políticas do que sucedeu nos últimos dias. E dessas consequências dependerá a possibilidade de resolução das questões reais que afligem o país.

Do que o país precisa, para deixar de vez de alimentar os mitos doentios do regresso ao fascismo e para não continuar a viver suspenso das boas ou más intenções do PCP ou das indecisões dos técnicos conselheiros do MFA sobre se haverá ou não uma via original portuguesa para o socialismo, é de acção governativa socializante (a caminho do socialismo) rápida e de confiança real — de confiança prática, palpável, quotidiana — nos destinos da Pátria.

«É agora ou nunca», tem-se dito depois do 25 de Novembro. Esperamos que as forças políticas, nomeadamente o MFA e o PCP, estejam conscientes de que tem de ser agora.

CUNHA, *Meira da*

A CRISE da Imprensa estatizada estava declarada e foi confirmada pela recente suspensão dos jornais e pela demissão de administrações e direcções. Mas de que crise se trata? Quem a provoca? A quem aproveita? Como ultrapassá-la? Estas algumas das perguntas que as pessoas se põem e a que três jornalistas respondem, em parte,

nesta página (ver também pp. 8 e 9) em artigos escritos antes do 25 de Novembro, mas que conservam plena actualidade. A coluna do estrangeiro foca a estratégia do PC espanhol, em relação com a crise do pós-franquismo e a luz das estratégias dos PCs europeus, nomeadamente do PCL. (Ver a este respeito p. 7.)

## O povo quer jornais não cartazes de propaganda

Meira da Cunha

"A IMPRENSA estatizada atravessa uma grande crise" — declara o povo português que não conhece a "informação" veiculada pelos jornais estatizados. Só o povo pode declarar a crise da imprensa, não pelas razões apontadas pelos ministros dos Governos Provisórios, mas perante a imprensa sempre a sua função.

Pelo contrário, as facções partidárias burguesas, em luta pela conquista do poder, querem fazer dos órgãos da comunicação social pagos pelo povo o suporte da sua propaganda. São estas forças partidárias que olham para a informação como o "quarto Poder" que como os outros não conseguem dominar e há então as crises. Então cada qual diz que a imprensa estatizada está em crise. Preocupam-se então com as finanças do povo. No entanto são os seus interesses nos jornais que estão em crise.

Portanto trata-se de um mote-fútil de glorio. É um princípio falso e falso. Aliás, só não o se identificarmos o sujeito desta afirmação. Só dissociando as origens da ascensão e os seus objectivos poderemos analisar a "crise" e dar-lhe uma resposta.

Que tipo de crise pode ser declarada? Teria o sujeito pensado na crise económica-financeira? Teria querido mascarar uma "crise" que se levanta às massas populares que acordam para a revolução, com o argumento económico e ganhar tempo para resolver a "crise" aproveitando o momento politicamente de lá?

Finalmente, é necessário e urgente definir com clareza o que é informação e o que é propaganda, o que é formação e o que é monolitismo ou melhor ainda, golpeismo (insipiente?) de cristalizar (em ordem de interesse para os imperialismos a opinião pública deste país.

Muitas outras interrogações, muitos outros pontos de partida poderiam ser apontados, no entanto, julgamos que eles bastam para que, no curto espaço de que dispovemos, possamos organizar um trabalho, e ao mesmo tempo poderemos ser utilizados directamente para desconvinhar o jogo da questão.

A quem compete declarar a crise?

Em primeiro lugar, e para defini-

ficar o essencial do problema, coloca-se a questão: quem declarou a crise e quem tem realmente autoridade para o fazer? Só o povo português poderá pronunciar-se sobre a existência ou não dessa crise. De facto, parecemos que a prática nos leva a concluir que já o fez. Medtemos para o efeito na diminuição vertiginosa dos números de tiragem dos jornais estatizados.

A crise da imprensa estatizada não é a "crise" de que falam os ministros dos Governos Provisórios. Ainda não ouvimos alguém declarar que a propaganda (essa da responsabilidade exclusiva de cada uma das forças partidárias) estivesse em crise. No entanto, muitas centenas de milhares de euros são gastos em cartazes e outra propaganda sem qualquer intenção de lucro material. Alguém já falou em crise?

Os leitores, que manifestam a sua adesão aos jornais estatizados, comprando-os tão para servir de papel de embrulho, nem para

consultar o mercado do trabalho habitação, declaram assim a crise dos jornais. A informação, com serviço essencial, necessidade e honra para viver em sociedade entra em crise quando não cumpre a sua função.

Os números falam: basta consultar a diminuição de anúncios de interesse público inseridos no "Diário de Notícias" para concluir que já nem os serviços mais essenciais da Informação consumidos quando um jornal pago pelo povo enuncia escandalosamente a determinação corrente partidária.

Solução, só existe uma. Façam-se jornais para o povo. Que os órgãos de informação pagos pelo povo cumpram a sua função e sobrevivam. O povo terá de exigir que os jornais que paga não sejam instrumentos partidários, não sejam cartazes a preto e branco distribuídos ao preço de 4800.

● MEIRA DA CUNHA, jornalista de "A Capital" é membro do Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas.

MONTEIRO, *Caricaturista*

## Acordo difícil em tempo de zanga

Cáceres Monteiro

**SALVAGUARDADAS** algumas exceções, os órgãos de informação tornaram-se uma das mais odiadas realidades da vida portuguesa. Não há ninguém sem culpas, a informação não é, porém, como já se tem querido fazer crer, a grande responsável pelas distorções do chamado processo revolucionário.

No entanto, salvaguardadas as poucas e honrosas excepções, os jornais portugueses não servem a Revolução nem as classes trabalhadoras. Nem os nacionalizados nem os outros. Com efeito no sítio de combater a deturpação constante da imprensa estatal outros jornais encontraram agora precisamente pelos métodos que condenam, embora com conteúdo de sinal contrário.

Coloca-se, em todo o caso, com especial gravidade, a questão da imprensa nacionalizada. Porque os portugueses, para além dos prejuízos que cada exemplar custa suportam mensalmente em preço global de cerca de 50 mil oitavos. Por jornais que cada vez mais rejeitam — veja-se o progressivo decréscimo das tiragens.

Um jornal progressista — pode ser rentável, prova-o a experiência que há sete meses iniciou em conjunto com outros treze camaradas. Porém, então, os elevados prejuízos dos jornais nacionalizados?

Chegou a hora dos profissionais da informação, sobretudo os jornalistas, fazermos uma honesta auto-crítica. Custa-nos a admitir que profissionais competentes (tal é o caso de parte daqueles que trabalham nas redacções dos nossos jornais) passado que foi o tempo de euforia, continuam a fabricar produtos que frequentemente causam o riso geral.

A seguir ao 25 de Abril grande parte dos jornalistas deixou-se conspurcar no assalto movido pelos partidos políticos aos órgãos de informação. Muitos tentados por um desejo honesto de transmitir os jornais corrompidos e nacionalizados do tempo de Salazar e Marcelo Caetano numa nova imprensa; mas outros por sede de poder, fama e prestígio; e alguns por terem a consciência pouco tranquila em relação ao passado...

Nunca, em nosso entender, a importante função que poderiam ter os trabalhadores da informação foi correctamente interpretada. Os trabalhadores da informação poderiam ter assumido, dentro dos jornais, o papel de representantes dos interesses das classes trabalhadoras. Mas, em vez disso, em plenários, ludibriados por conselhos, acabaram por ser meros peões no jogo dos interesses partidários. Entretanto, os maiores oportunistas de oportuna nas redacções, utilizando as forças dos trabalhadores de informação,

Reconhecemos aos jornais o direito de tendência. Nos jornais nacionalizados precisamos até que essa tendência se deve caracterizar pela subordinação aos interesses das classes trabalhadoras. Mas não é isso que tem acontecido. Na maior parte dos jornais estatais é praticado o mais decorado "frente" partidário, com recurso sistemático à mentira, à deturpação. Rude e descarada.

O caso do "Século" é sintomático. Esse jornal, ainda há alguns meses relativamente prestigiado, é hoje pouco mais do que uma folha para circular nas sedes de partidos, ministérios, alguns quartéis e repartições militares e nas redacções de outros jornais. Rejeitado pelo público lede todas as tendências rejeitado pela maioria dos empregados da S. N. T. (Incluindo grande parte dos trabalhadores progressistas), existe para inventar "golpes", para publicar ameaças e insinuações. No entanto, com todo o desprezo, este jornal que é pago por todo-o-povo e nem sequer merece a aprovação dos trabalhadores da empresa, continua a sair todos os dias como boletim partidário (mas) clarificado.

Existem jornais nacionalizados os sustentados pelos trabalhadores que, abstratado das naturais limitações, procuram ser apenas suporte de tendências e não de partidos. Esses devem servir de exemplo aos outros.

Chegou a hora — se porque a situação é insustentável — de os

trabalhadores da informação reapresentarem a sua actuação. Recusarem ser meros joguetes de transitórios interesses partidários. Tal não significa que tenham de abandonar os partidos onde eventualmente se achem filiados. No semanário onde eu trabalho nenhum dos componentes da redacção é filiado em qualquer partido, isso, evidentemente, ajuda muito e afasta muitos equívocos. Mas julgo não ser condição necessária ao desempenho da profissão.

O que é imprescindível é que os jornalistas passem a fazer — em conjunto com os seus camaradas das outras seções — jornais que o povo leia. Para isso terão de se preocupar mais com a qualidade do trabalho do que com as "jogadas" de dia a dia político. Sem desprezar, evidentemente, a necessidade de uma constante subordinação a princípios políticos progressistas.

Pensamos que, neste momento, a situação é demasiado "quente" para que, dentro dela, se possa encontrar uma saída para o problema da imprensa nacionalizada. Uma ingerência governamental, em termos direccionais, é no actual contexto, altamente desaconselhável. Terão de ser, em nosso entender, os trabalhadores que — tendo em conta o actual sentimento do público em relação aos jornais — deverão reestruturar as publicações onde exercem a actividade.

Devem pensar, em todo o caso,

que por exemplo Lisboa não precisa de dois matutinos tão parecidos... nem de seis vespertinos (a maior parte dos quais suportados pelo dinheiro dos contribuintes). Devem pensar que, sob pena de Estado ter mesmo de intervir, tal reestruturação é insidiável.

No entanto, tal é a "zanga" que vai neste País entre as pessoas (e os trabalhadores da informação não fogem à regra...), tal é a exaltação, tal é a confusão que paira nos espíritos, tal é a intoxicação mental e política a que os portugueses andam sujeitos, que tememos que seja muito difícil encontrar uma plataforma.

Afinal nem só a imprensa vai mal. Talvez seja preciso esperar que o resto corra melhor para que a crise da imprensa estatal tenha uma "saída". Talvez, para termos jornais verdadeiramente progressistas, tenhamos de esperar que as forças progressistas se encontrem.

Mas, da mesma forma que para o País se vai fazendo tarde, talvez também esta espera seja fatal para a imprensa nacionalizada. Custa-nos mil oitavos por mês é muito para um país à beira da bancarrota.

● **CÁCERES MONTEIRO.** *Um jornalista não há pouco tempo o corpo de sub-chofe de Redacção de "A Capital". Faltando desde a fundação ao corpo redacçãoal do semanário "O Jantar".*



AMDRIM, *Roby*

# Jornal é serviço público

Roby Amorim

A IMPRENSA é uma actividade com funções difícemente definíveis. Cabe-lhe, por um lado, informar, por outro formar os seus leitores e, entre um campo e outro, não podem encontrar-se fronteiras rasteiramente marcadas. É o que é, na maioria dos casos, apenas aquilo que pode ser.

Se não sabemos exactamente o que seja a Imprensa, mais fácil nos é dizer o que não é, o que não deve ser. A Imprensa não é um monopólio do Estado, pois deve reflectir as diversas correntes de pensamento desse mesmo Estado; muito menos o é já não ser nos casos muito particulares dos jornais de propaganda dos partidos a arma de uma linha política qualquer, quando esta começa a atingir os órgãos de força dentro de um periódico e empregar-lhe as suas formas privadas de orientação: não é como foi até ao 25 de Abril a forma de um grupo económico fazer impregnar os seus interesses e exercer força sobre o Governo; não é lasté certo ponto) um produto concorrencial que visa criar os interesses do público, os satélites ou não, e, daí, se vende ou não.

Um jornal é deve ser em especial na sociedade que tenta cessário que o seja realmente,

que não sirva Gog contra Magog, que não sirva de Gog para destruir Magog, mas, também, que não sirva a um e a outro indiscriminadamente. Que lute apenas pelo que realmente é povo, pelos interesses que são comuns à maioria, que não discrimine, que não ultraje, que não se bata contra o que é justo e o faça desacomodar.

## Uma nova óptica

Grande parte dos jornais que haviam servido Salazar e Marcelo foram nacionalizados por via indirecta, após 11 de Março, na altura em que foram nacionalizados os bancos de que dependiam. Em quase todos eles tinha já havido mudanças nas direcções, nas chefias de redacção, nos quadros principais, haviam sido constituídas comissões de trabalhadores, mas o certo é que o trabalho se continuava a processar exactamente pelos mesmos processos, mudando-se as pessoas, mudando-se o cargo político, mas não se tendo criado em nenhum dos casos, um jornal ao serviço do povo. Não era fácil, sem dúvida. O criar-se em Portugal, um serviço público. Mas para isso é ne-

cessário um grupo de capitães que fazem um golpe de Estado e decidem chamar-lhe revolução e quando a revolução começa mesmo a gerar-se entre as camadas populares não sabem mais o que lhe há-de fazer.

Para os jornais, a situação foi a mesma. Mudaram da posse de Jorge de Brito, dos Quinas, dos etc. etc. para a de blocos oportunisticamente criados a servirem os interesses das classes políticas (majoritárias, ou não, o que aqui interessa é que não representem a totalidade dos possíveis leitores). Claro que, por esse mundo fora, todos sabemos, que mesmo os jornais designados por burgueses representam as linhas de força deste ou daquele partido. Em Portugal, hoje, a situação terá que ser vista numa óptica totalmente diversa.

## O fruto maduro

Um jornal tem que ser mesmo um serviço público. Tanto para o homem do pécé como para o do pécex, ou do emorppé. O caso de "O Século" — mais concretamente da Sociedade Nacional de Tipografia — é perfeitamente sintomático. De 25 de Abril até Fevereiro de 1975, as estruturas aparentemente não se alteraram. O salto para o poder não estava ainda

suficientemente estrabado. E assim, analisou-se até a uma tentativa de saneamento da direcção apresentada pelo precepto contra a qual os seus elementos acabam por votar contra, após longo plebiscário que lhes deu oportunidade de fazer uma consulta à rua Antônio Serpa.

O fruto não estava maduro. Mas quando estava prestes a cair da árvore, logo apareceram as centas para lhe apagar a queda. Logo após, foi a conquista rápida dos postos de comando; a transformação do jornal no sentido contrário, mas exactamente com os mesmos processos.

### Apenas mendigos

Para o grande público o processo não foi visível, mas rapidamente se tornou compreensível perante o conteúdo do jornal. O triunfalismo da chamada esquerda (do precepto) gerou realmente um movimento de direita dificilmente recuperável no Norte do País, mas também gerou a indiferença, a auto-vidua, perante os grandes jornais de Lisboa e a sua visão carregada de autoíbios. As vendas decaram, a publicidade (condicionada, aliás, por outras nacionalizações) e pela crise económica geral balnou para níveis catastróficos e os jornais vêm-se forçados a mendigar mensalmente o aval do Estado.

Mendigar não exigir. Aqui está a total diferença entre os jornais que estamos a fazer e os jornais que são necessários. Na verdade, em toda a parte deste mundo a imprensa vive sérias dificuldades já que se trata de uma indústria extremamente dependente.

Mas se a Imprensa for um autêntico serviço — como os hospitais, os bombeiros, etc. — é natural que possa apresentar-se aos contribuintes e exigir-lhes um xix sobre os seus impostos para que possa sobreviver e continuar a ser-lhe útil. Quando se limita a servir uma linha política definida, pois que peça o seu dinheiro à KGB, à CIA ou a quem quer que seja. Os leitores terão a opção de comprarem ou não o produto final.

### Algumas medidas

Por outro lado, este pedido de intervenção económica do Estado não deverá significar uma sujeição ao Governo (a identificação Estado-Governo era uma das típicas justificações de Salazar) e a este caberão acções perfeitamente definidas, que não ultrapassem o plano económico. Citemos algumas: a desvinculação das dívidas contraídas pelas administrações burguesas (no caso de "O Século" cerca de dois mil contos mensais, que o jornal paga

aos bancos e estes tornam a emprestar num ciclo vicioso que ameaça estagnar-se); a compensação sobre a compra de papel e uma criteriosa atenção quanto aos seus gastos; a criação de circuitos de distribuição para as publicações, por forma a libertá-las de um dos seus maiores pesos. Fato isto se não contando com a publicidade hoje quase inexistente! os jornais poderão subsistir com perdas mínimas e estas também a serem suportadas pelo crédito público.

Dal que pagamos pelo jornal-serviço-público. Para isso é necessário afastar as dívidas que os ocuparam: os grupos-mentores da saúde mental pública; os oportunistas que apenas pretendem servir-se dos jornais e não servi-los. Isto é o que está a acontecer em outros jornais e que poderá vir a acontecer ainda em terceiros. Mas esta é uma outra história...

● **ROBY AMORIM**, jornalista que há longos anos pertence ao quadro redaccional de "O Século", ainda recentemente foi eleito pela maioria dos trabalhadores de SNT para a Direcção daquele periódico. Pertence aos Corpos Garantes do Sindicato dos Jornalistas.

MAGRI, Lucio

De Roma  
 escreve: **Lucio Magri**  
 Il Manifesto/Interpress/ESPRESSO

## Os comunistas espanhóis

NÃO É CASUAL o silêncio com que foi acolhida a crítica concedida ao nosso jornal, por Santiago Carrillo. Tinha sido as condições para suscitar não só atenção, mas clamor. Todos sabem que se abriu em Espanha uma alternativa, que ao desenvolver-se pode acelerar, de um modo talvez dramático toda a crise europeia. O secretário do maior partido da oposição espanhola, que é simultaneamente um dos maiores partidos comunistas do ocidente, expõe — talvez pela primeira vez de modo explícito e orgânico — a sua estratégia de intervenção, assumindo posição de antagonismo quanto à política de poder da URSS e dialética quanto à política do PCI. Porque é que ninguém pareceu dar conta disso?

Na minha opinião, por uma mais ou menos consciente sua censura: nada, de facto, é destinado a perturbar o sono da burguesia italiana e europeia além da hipótese que em Carrillo começa a delinear-se, de um partido comunista que se coloca mais à esquerda e que acentua a sua autonomia face à URSS e ao mesmo tempo sua fisionomia democrática. São estas as razões pelas quais aqui que nos disse o secretário do PCE se reveste do maior interesse.

Primeiramente Carrillo disse: na Europa a partir do sector meridional, a crise dos regimes dominantes e o emergir da classe operária e dos seus aliados estão criando as condições para uma saída do sistema. Uma saída de tipo novo porque construída sobre o consenso e a participação com o concurso de múltiplas correntes políticas e ideológicas, e portanto destinada a produzir um ordenamento social diferente das experiências socialistas até aqui conhecidas. Não se encontra no secretário do PCE nenhuma precipitação, nenhuma procura de solução definitiva, pelo contrário encontra-se a preocupação de não saltar nenhuma etapa e não se fechar a nenhuma colaboração. Por outro lado — e aqui está o elemento de fragilidade da sua concepção — para iludir os aspectos mais espinhosos de um processo de transição ele evita precisar desde já os conteúdos programáticos e desenvolvimentos de um alinhamento de classe, preferindo não encarar para já os problemas de sossego do franquismo e limitando-se ao fitar a estabelecer sobretudo uma inspiração e um método (a unidade, a busca do consenso).

Nisto ele alinha com Berlinguer, não só longe de Castil mas de todo aquele que considere fatal a polarização das forças, no decurso da crise e do embate. Diferindo de Berlinguer, todavia, ele aproveita o ressurgir do problema da revolução socialista, como irrupção da crise actual no ocidente e na Europa e não como tendência histórica, vaga e genérica. Por exemplo, afirma que uma política de transformação socialista na Europa não pode deixar de ser hoje, desconfiada, se não hostil à «leader ship» soviética, que vê ameaçada não só a sua política de estabilização, mas a compatibilidade interna ao próprio sistema. Sem repor a discussão a linha de coexistência, Carrillo entende a unidade à esquerda europeia como um pólo autónomo e concorrencial, quanto ao diálogo russo-americano, uma terceira linha não por acaso sensível às advertências da política chinesa.

Segundo ponto importante: a prioridade dada, no processo de desmantelamento do regime fascista — diferentemente da linha dos PC's europeus de 45 — à iniciativa da base, à extensão de formas de democracia directa, não em antagonismo mas em relação dialéctica com as formas delegadas de representação. Ruptura portanto real da continuidade do Estado espanhol.

Finalmente algumas referências de Carrillo às questões de alianças políticas e sociais, assumem especificamente a opção de transição: com a procura desocultada de alianças com os sectores do capital, mas não por convergência a meio caminho numa linha de programação «democrática» e «nacionalizadora» se bem que esteja por definir o papel da iniciativa privada e da empresa auto-sociedade de transição para o socialismo (ainda que a referência seja feita ponto por ponto); procura muito «aberta» de alianças com forças políticas socialistas e católicas mas tomadas não tanto como representantes das correntes moderadas quanto como articulações das correntes de alinhamento progressista (dai o juízo favorável à formação de «duas» democracias críticas). Daqui o valor «político», não de «princípios» da posição clara acerca da experiência das democracias populares.

Não se aprende plenamente o sentido destas escolhas se não se recordar que estas não representam desenvolvimento linear à uma elaboração precedente nem o ponto de chegada natural à um longo itinerário. Pelo contrário o PCE (Carrillo em particular) permaneceu mais do que os outros ligado à estratégia que essencialmente dividia a base democrática da socialista. Ainda em ti com a expulsão do grupo de «Claudio» tenazmente refutava um reflexo acerca das transformações na prática do capitalismo espanhol que mudavam a natureza e a base social do franquismo. Não só, mas Carrillo manteve uma certa distância de novo tipo de lutas operárias e estudantis, e tem procurado alargar o próprio espaço de iniciativa sobretudo através de manobras de cúpula contra os componentes internos do mesmo regime. Depois a invasão da Checoslováquia finalmente levou mais longe que a outros uma leitura de «direita» daquela experiência. Ela em resumo todas as permissas que explicam que o PCE fizesse no momento de crise do franquismo a viragem mais moderada e estabilizadora do «compromisso histórico». Porque parece desenhar-se então uma tendência inicial oposta, no sentido de forçar o compromisso para uma alternativa? O capitalismo espanhol é demasiado forte — disse o mesmo Carrillo — para encontrar um equilíbrio «mais largo» como talvez ainda seja possível em Portugal. Mas é demasiado frágil para se inserir no Mercado Comum numa fase de crise e concorrência aguda, e rompendo o controlo salarial que bem ou mal o regime autoritário assegurava. Do ponto de vista político os extractos burgueses intermediários e a burguesia iluminada não parecem ter força para estabelecer uma nova hegemonia. Como começa a ser claro também em Itália não se vêem igualmente condições para um desenvolvimento capitalista e uma democracia clássica. A alternativa apresenta-se como uma consolidação de regime ou a gradual transição para uma nova sociedade. E viu que — como Portugal bem nos mostra — num país longamente dominado por uma ditadura a mudança de regime é explosiva, é um suicídio não nos interrogarmos a tempo, como domina o processo. Carrillo, homem de termos internacionais tem ao menos a inteligência e o realismo que o levam a reflectir.

Mas concorrem para isto, também, razões subjectivas, por um lado o efeito multiplicador de uma posição de stitida autónoma em relação à URSS que o PCE depois de 68 assumiu com maior coragem que o PCI e que o expôs ao perigo de uma cisão manobrada a partir de Moscovo (através de Lister) o que o levou a procurar não um guia mas um interlocutor na China. Por outro lado, o facto de o PCE, não por sua escolha obviamente mas enquanto partido semi-clandestino e de luta permanece exterior aos mecanismos de poder social, torna-o mesmo mais sensível aos estímulos novos e exposto à crítica da nova esquerda que social (comissão operária) quer política (significativa influência e posterior renúnciação com o grupo «Bandeira vermelha»).

Não se pode prever hoje que coerência e impacto terão estas reflexões das cúpulas do PCE sobre o trabalho e a orientação mi do partido, que tipo de movimento de massas pode crescer durante a crise espanhola e portanto, se será possível impedir aquela variação de estratégia no interior da esquerda que assinalou negativamente quer a experiência chilena quer por hora a portuguesa e todavia o que se entrevê é suficiente para oferecer uma esperança sendo o primeiro exemplo significativo daquilo que entendemos por reestruturação da esquerda e que constitui grande parte de nossa hipótese estratégica para Itália. No auger da crise sob a pressão do movimento de massas e sob o estímulo das organizações revolucionárias autónomas o partido comunista maioritário conduzido largamente na via do reformismo vive importantes processos e não em termos de cisão nem de separação base/cúpula: no seu seio abrem-se as portas a uma nova reflexão estratégica.

É possível em Espanha ou noutro lado que não haja suficiente espaço e tempo para uma tal maturação. Mas é certo que hoje pela primeira vez na esquerda europeia e não só nas suas frações revolucionárias está tomando corpo uma problemática nova. E não há dúvida que é este o caminho a seguir.